

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**OS DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO NA PERCEPÇÃO DAS LIDERANÇAS
DA COMUNIDADE JARDIM ILHA CONTINENTE**

LEIZA LUZIA OLCZEVSKI

FLORIANÓPOLIS

1996

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**OS DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO NA PERCEPÇÃO DAS LIDERANÇAS
DA COMUNIDADE JARDIM ILHA CONTINENTE**

*Monografia apresentada ao Departamento de
Serviço Social da Universidade Federal de Santa
Catarina, para obtenção do Título de Assistente
Social.*

LEIZA LUZIA OLCZEVSKI

FLORIANÓPOLIS

1996

AGRADECIMENTOS

- Aos meus pais, Henrique e Zelir (in memória), que ensinaram-me a ter garra para lutar pelo que desejava. Muito amor, muita saudade . . .
- Aos meus irmãos, Beto, João e Andréa, que mesmo distantes sempre estiveram muito presentes. Amo Vocês!
- Ao Eduardo pelo apoio e carinho.
- À Comunidade Jardim Ilha Continente, principalmente às lideranças, pela oportunidade que me ofereceram de realizar um estágio, cheio de desafios, permitindo uma reflexão que resultou neste trabalho.
- À Lu, pelo companheirismo, interesse e disposição em debater questões que surgiram ao longo do trabalho.
- À Eliéte, por acreditar no Serviço Social e pelo relação construída ao longo do nosso convívio.
- À Edaléa, pela disponibilidade e paciência na orientação deste trabalho.

- A todos os integrantes do CEDEP e principalmente ao do Setor de Assessoria às Organizações Comunitárias, por contribuírem para o meu crescimento profissional e pessoal.

- E a todos que direta ou indiretamente apoiaram-me para a concretização deste trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	05
1. A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM FLORIANÓPOLIS.....	09
2. A COMUNIDADE JARDIM ILHA CONTINENTE.....	18
2.1. Perfil sócio-econômico da comunidade	18
2.2. O processo de organização comunitária: resgate histórico	28
3. OS DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO NA PERCEPÇÃO DAS LIDERANÇAS DA COMUNIDADE JARDIM ILHA CONTINENTE.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
BIBLIOGRAFIA	57
ANEXO	60

INTRODUÇÃO

A precariedade de meios de consumo coletivo, presente em toda a história moderna brasileira, acentua-se a partir do ciclo de industrialização. A partir daí cresce o fenômeno da chamada “urbanização por expansão de periferias”, forçando ainda mais a demanda por infra-estrutura urbana, habitação, transporte coletivo, etc. Isso ocorre, naturalmente, também em relação a outros equipamentos e facilidades de natureza educacional, de saúde pública, lazer.

Os centros urbanos são palco em que milhões de pessoas buscam a sua sobrevivência. Parcela significativa são migrantes, na sua maioria trabalhadores não especializados, bóia-frias expulsos do campo e desempregados oriundos da construção civil.

Dentro disso, a participação/organização aparece como força social na conquista de direitos. O urbano é um espaço de reprodução das bases sociais, em que aparece o domínio do econômico sobre o social, mas é também aí que se originam e se manifestam as lutas populares, que exigem do Estado ações que assegurem a elas a qualidade de vida.

Essa realidade focaliza os setores populares em torno de um dos elementos básicos para a sua reprodução: a luta pelo espaço urbano. Tal luta encontramos na Comunidade Jardim Ilha Continente, localizada na Avenida Ivo Silveira, entre os bairros de Fátima e Capoeiras e abrangendo as ruas Professora Áurea Cruz, Santos Saraiva, Comendador José R. Nunes e Kurt Rantour.

A partir desse entendimento, tendo em vista o longo processo de ocupação do espaço urbano dessa Comunidade e sua organização apreendida em busca da posse legal da terra, a hipótese preliminar de nosso trabalho era que a propriedade irregular da terra influencia significativamente o processo organizativo da Comunidade e tínhamos como premissa analisar esse fato.

Logo depois da realização da pesquisa em que nosso trabalho se baseou – qualitativa com questionário semi-estruturado –, porém, percebemos que nossa hipótese não se confirmou. A amostra colhida foi de seis lideranças que participaram, em diferentes momentos, de questões relacionadas às necessidades coletivas da Comunidade; dentro disso, tivemos perspectiva de abranger várias concepções vivenciadas em distintos contextos da organização comunitária.

Tendo em vista o produto final da pesquisa, a categoria principal de nosso trabalho passou a ser a participação comunitária que, segundo SOUZA (1993: 79): “... é o processo existencial concreto, se produz na dinâmica da sociedade e se expressa na própria realidade cotidiana dos diversos segmentos da população. Estimular o

avançar desse processo implica ter compreensão clara sobre ele e também sobre a própria realidade social na qual se processa”.

Dessa forma, temos o entendimento de que a participação corresponde ao fortalecimento do homem para o enfrentamento dos desafios sociais. Esse processo tem como finalidade alcançar, numa dada realidade, bens coletivos que são de direito da população. Nesse sentido, o presente trabalho busca refletir os desafios da participação na percepção das lideranças da Comunidade Jardim Ilha Continente.

No primeiro capítulo faremos o resgate da inversão do eixo econômico brasileiro, de agrário para urbano-industrial, que tem como resultado o esvaziamento populacional do meio rural e a conseqüente concentração no meio urbano. Dentro desse contexto inserimos a Comunidade Jardim Ilha Continente como uma das contradições existentes no espaço urbano.

No segundo capítulo, para que haja um melhor entendimento da realidade sócio-econômica da Comunidade, evidenciamos alguns aspectos de seu perfil sócio-econômico, enfatizando uma breve análise dos dados levantados. Na seqüência faremos um resgate histórico do processo de organização comunitária, com o intuito de mostrarmos os condicionantes que influenciaram e foram influenciados pelo processo organizativo da Comunidade Jardim Ilha Continente. Nesse sentido contextualizaremos alguns aspectos da história de participação que os moradores tiveram na luta pela moradia, bem como aspectos da intervenção das assessorias como o CAPROM e o CEDEP, salientando a percepção das lideranças em relação aos dois centros de assessoria.

No terceiro capítulo buscamos contemplar os desafios da participação na percepção das lideranças da Comunidade Jardim Ilha Continente, dentro de um contexto que tem como consequência a exclusão social

1. A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM FLORIANÓPOLIS

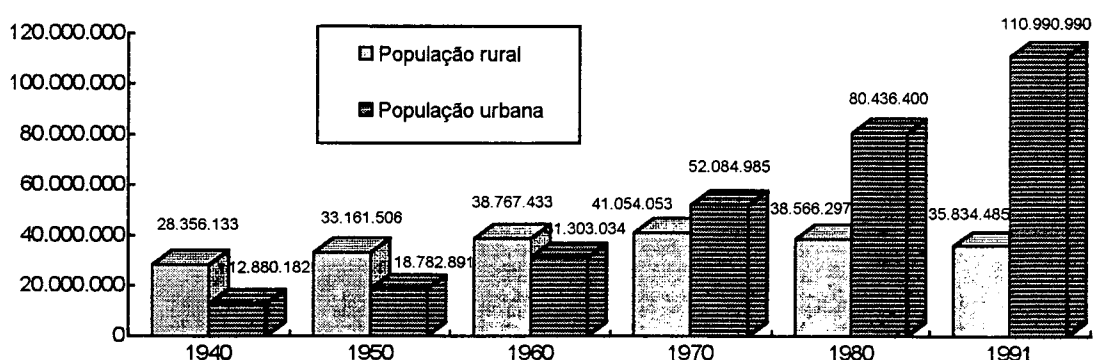
Nos anos 30 ocorreu no Brasil a mudança de modelo econômico; de um modelo agrário para urbano industrial. Esse processo de industrialização foi significativamente incentivado pelas elites políticas dominantes e apoiado pelo capitalismo internacional dos anos 50.

Verifica-se que a urbanização no país vem se dando desde o Brasil Colônia. Esse fenômeno na sociedade e na economia brasileira, portanto, não se deflagra a partir da industrialização, embora seja a partir dela que o urbano brasileiro se redimensiona. Antes de 1930 ele era caracterizado por uma rede extremamente polarizada em grande e poucas cidades, constituindo-se na sede do controle burocrático e do capital comercial. Servia a uma produção de caráter monocultor, cujo destino seria a exportação.

A inversão no eixo econômico resultou no esvaziamento populacional do meio rural e conseqüente concentração no meio urbano, alterando-se, assim, a relação cidade-campo. Conforme SERVA (1993: 203):

Cada vez mais, o êxodo rural impulsiona o crescimento das cidades, tornando o século XX o período histórico em que a vida nos grandes centros urbanos tem sido o objetivo de milhões de pessoas ávidas por melhores oportunidades de acesso à educação, saúde, trabalho, moradia e elevação da qualidade de vida. Só no Terceiro Mundo, desde 1950, a população das cidades maiores passou de 300 milhões para 1,3 bilhão de habitantes.

Taxa de urbanização cresceu 145% em 50 anos



População total

41.246.315	51.944.397	70.070.457	93.139.037	118.802.706	146.825.475
------------	------------	------------	------------	-------------	-------------

Total de urbanização

31%	36%	45%	56%	68%	76%
-----	-----	-----	-----	-----	-----

Fonte: Estatísticas Históricas do Brasil (IBGE/1993)¹

Com o surgimento da fábrica, como unidade produtiva, o urbano se redefine frente às exigências de concentração dos meios de produção e da força de trabalho; ela exige uma série de condições necessárias para reprodução: transporte de matérias primas, energia, saneamento, unidades de apoio à produção, como bancos, transporte para escoamento da produção, unidades de distribuição e de comercialização, etc. Por

¹ Folha de São Paulo, maio/1996.

outro lado a força de trabalho também passa a exigir certas condições para sua reprodução: habitação, alimentação, transporte, energia, assistência à saúde, lazer, saneamento em geral, etc.

O “novo” modelo econômico arrancou da terra grande contingente de trabalhadores rurais e os jogou nas cidades, para formar um exército de mão-de-obra desqualificada e barata. Esse modelo urbano-industrial, aprofundado na década de 60, pelos militares, tinha por objetivo criar condições para a expansão do capitalismo industrial.

Nesse sentido KOWARICK (1984: 14) nos diz que: *“a criação do espaço urbano é a criação de condições gerais de reprodução do capital e da força de trabalho promovidas em grande parte pelo Estado. Em condições de extrema exploração do trabalho, provisão de tais condições é realizada para facilitar a circulação e realização de valor”*.

Decorrente da falta de uma política habitacional voltada para os setores de baixa renda, a população migrante, sem opção de moradia, começou a ocupar a periferia das cidades, formando aglomerados sem qualquer infra-estrutura, o que deve ter chamado a atenção do Estado.

Então, para atender às necessidades de moradia das diferentes faixas sociais da população, o Governo criou, a 26 de agosto de 1964, por meio da Lei nº 4380, o SFH – Sistema Financeiro de Habitação. O SFH era coordenado pelo BNH – Banco Nacional de Habitação e executado pelos chamados Agentes do Sistema Financeiro da Habitação. Assim, para as camadas da população de rendas mais baixas, o programa

era executado pelas Companhias de Habitação (COHAB's) e pelas Cooperativas Habitacionais (COOPHAB's); as primeiras, vinculadas aos Estados e Municípios e as segundas, organizadas a partir da participação dos Sindicatos de trabalhadores, com assistência técnica dos Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais, os chamados INOCOOP's. A classe média era atendida por agentes privados.

Os recursos que dariam suporte ao Plano Nacional de Habitação tinham como suas principais fontes aqueles vinculados ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço e os decorrentes da captação das Cadernetas de Poupança. Como é sabido, esses recursos são protegidos, em sua integridade, por correção monetária e juros reais.

Uma das razões, talvez a mais significativa, do insucesso do Plano, foi o fato de que não havia uma perfeita sincronização entre os critérios de remuneração dos recursos envolvidos e a capacidade de pagamento dos mutuários, gerando, por conseqüência, altos índices de inadimplência, que vieram a inviabilizar todo o Sistema.

Some-se a isso desvio de verbas destinadas ao Plano, a estruturação de uma rede de agentes financeiros privados, que não se mostravam interessados em atender uma faixa populacional de baixa renda, e o fortalecimento do mercado imobiliário e da indústria de construção, também preocupados com uma parcela de compradores com maior poder aquisitivo. Assim, grande parte da população, sobretudo a de baixa renda, para resolver seu problema de moradia só poderia contar com o Estado que, no entanto, mostrou-se ausente; isso gerou “nova” política habitacional: a da ilegalidade dos loteamentos, da irregularidades das construções, das ocupações de terra, da proliferação das favelas, dos cortiços, do sub-trabalho na auto-construção, etc. O

resultado de tudo isso foram os contrastes nas grandes cidades: modernas do ponto de vista arquitetônico e arcaicas, do ponto de vista ecológico e social.

A forma como a cidade se expande não só tem efeitos perversos para a maioria da população, como também tem exigido a aplicação de crescentes investimentos públicos para a produção do espaço urbano. Dessa forma, cria-se um verdadeiro círculo vicioso no qual se avolumam as contradições urbanas.

Segundo GOHN (1991), na década de 80 a crise econômica e o desemprego tornaram ainda mais dramática a situação de moradia dos trabalhadores. Excluídos do mercado formal da terra e da moradia nas cidades médias e nas metrópoles; sofrendo os efeitos do arrocho salarial e por isso impossibilitados de pagar aluguéis; submetidos a despejos ilegais e a reintegrações de posse violentas, passaram a se organizar e se mobilizar em busca de alternativas. A questão da moradia e da saúde conseguiu mobilizar uma parcela significativa dessa população em busca de uma vida digna. Essas lutas foram coletivizadas e auxiliaram na construção do movimento popular de moradia; constituíram-se num período de resistência e o movimento adquiriu expressão, propondo políticas de habitação e de reforma urbana. A década de 80 produziu, portanto, um campo fértil para o nascimento de movimentos sociais populares, que passaram a fazer reivindicações como maior participação nas decisões políticas e sociais do país e ampliação e universalização dos direitos de cidadania.

O urbano capitalista, portanto, congrega classes antagônicas que, por conseqüência, possuem interesses e papéis divergentes, gerando contradições no espaço urbano. Segundo SILVA (1989: 178):

... É a acomodação de interesses basicamente econômicos que faz da cidade capitalista um espaço socialmente construído, que ao mesmo tempo que abriga os aparatos produtivos, abriga também classes sociais em interesses conflitantes e antagônicos, transformando o urbano num dos locus privilegiados do capitalismo e também da luta de classes. Isso faz com que a cidade seja espaço de produção do capital e espaço de reprodução das bases sociais, onde se dá o domínio do econômico sobre o social, mas onde também se gestam e se manifestam as lutas populares em torno de condições básicas de reprodução da força de trabalho, tanto no âmbito da produção, como no âmbito do consumo que também passa a se dar de modo coletivo, semelhante à produção.

Nesse processo, o urbano se transforma num espaço elevado de luta de classes e o solo urbano passa a se constituir na contradição fundamental da questão da moradia, por ter um caráter privado, limitando com isso o acesso das classes populares à moradia na cidade. O urbano é aqui percebido como um fenômeno historicamente construído, sendo que, ao mesmo tempo em que constitui uma expressão da exigência do modo de vida capitalista, é igualmente espaço de luta das classes populares que também compõem essa estrutura de produção.

Florianópolis, mesmo sendo uma cidade de médio porte, já apresenta em seu perímetro urbano as características das modernas cidades brasileiras. A partir da década de 30 o município passou a sofrer influências de políticas estaduais e federais, cujos impactos provocaram alterações significativas na vida da população local, expandindo o desenho urbano (e seus problemas) e definindo um novo perfil populacional.

Florianópolis, tendo nascido na ilha como centro político-militar-administrativo do Estado, passou, a partir de 1926, com a construção da primeira

ponte (Hercilio Luz) ligando a ilha ao continente, a expandir seu centro urbano em direção à área continental. Esse processo acentuou-se ainda mais com o desenvolvimento e melhoria do sistema viário estadual e interestadual, que possibilitou o aumento do fluxo migratório e a fixação de parte dos novos moradores na área continental, principalmente em função dos custos dos terrenos e da possibilidade de ocupação de terrenos públicos ou pouco valorizados. A área continental do município adquiriu então a fisionomia atual, caracterizada por uma ocupação extensiva, em que deixaram de existir vazios urbanos, espaços naturais ou sequer praças ou espaços de lazer, dando a essa região da cidade a fisionomia de espaço suburbano de grande metrópole.

Na ilha, o centro urbano iniciou sua expansão na década de 60, contornando o limite natural do Morro da Cruz, orientou-se em direção aos bairros da Agrônômica e Trindade e posteriormente em direção a Santa Mônica e Córrego Grande, regiões tradicionalmente agrícolas, de chácaras, fazendas e sítios. A construção da UFSC, da CELESC e TELESC foram fatores decisivos de urbanização dessas áreas ainda rurais. A verticalização desses bairros nas décadas seguintes (70/80), processo que se tem intensificado nos últimos anos, vem unificando todo esse espaço urbano, que constitui o chamado distrito-sede, juntamente com a área continental do município.

A ocupação dos morros pela população pobre, principalmente o Morro da Cruz, é um processo histórico longo – há notícias, por exemplo, de casas no Morro do Mocotó já em 1900 – e foi-se acentuando em função da expulsão dessa população das áreas planas e centrais, cada vez mais valorizadas.

As praias, pela distância em relação ao centro urbano, e também devido a deficiências do sistema viário, mantiveram-se, até fins dos anos 70, fora desse processo rápido de urbanização, caracterizando-se como comunidades pesqueiras e rurais, onde se preservava quase intocada uma cultura de matriz açoriana, que sobrevivia isolada do mundo citadino e cosmopolita que se afirmava na Ilha de Santa Catarina. A cultura urbana do lazer e da busca dos balneários iniciada nessa época desencadeou então um processo que viria a adquirir um ritmo incontável a partir do crescimento do fluxo turístico, no fim dos anos 70. Somente então toda a área litorânea da Ilha passou a se confrontar com problemas similares aos da área central da cidade: ocupação irregular, falta de planejamento e destruição do meio ambiente, entre outros problemas.

A capital catarinense deparou-se, então, com um processo de entumescimento, demarcado pelo crescimento de áreas concentradas de pobreza e miséria .

Em 1992, a Gerência de Habitação do IPUF levantou o perfil das áreas carentes de Florianópolis, num total de 46 – 28 delas na ilha e 18 no continente –, com uma população estimada em 32.202 pessoas. Esse número representa 12,63% da população do município que, segundo dados do IBGE/1991, alcança 254.941 habitantes .

É nesse contexto que surgiu a Comunidade Jardim Ilha Continente, localizada na Avenida Ivo Silveira, entre os bairros de Fátima e Capoeiras e abrangendo as ruas Professora Áurea Cruz, Santos Saraiva, Comendador José R.

Nunes e Kurt Rantour. Ela compreende um total de 32.225,75 m², com relevo irregular, apresentando partes acidentadas e fundo de vale, solo argiloso e vegetação quase inexistente.

2. A COMUNIDADE JARDIM ILHA CONTINENTE

Para melhor entendermos a realidade sócio-econômica da Comunidade Jardim Ilha Continente, será exposto a seguir, seu perfil, bem como uma breve análise de alguns dados ali levantados em 1995².

2.1. Perfil sócio-econômico da Comunidade – principais dados³

Tabela 1 – Tempo de moradia no local atual

TEMPO DE MORADIA	N. DE FAMÍLIAS	%
- de 1 ano	12	8,39
de 1 a 2 anos	17	11,89
de 2 a 3 anos	10	6,99
de 3 a 4 anos	05	3,50
+ de 5 anos	99	69,23
TOTAL	143	100

Fica evidente que a grande maioria dos moradores da Comunidade ali viviam quando a problemática da terra surgiu. Grande parte das *lideranças*, entretanto, já não mora ali o que, em nosso entendimento, reflete-se no refluxo da organização e

² Na Comunidade Jardim Ilha Continente existem hoje aproximadamente 175 (cento e setenta e cinco) famílias, porém iremos destacar aspectos somente de 143 (cento e quarenta e três) delas, já que foi dentro desse universo que a pesquisa foi realizada.

³ Fonte: IPUF, março de 1995

mobilização dos moradores, já que as atuais lideranças pouco conhecem da história do local. Apesar da existência de fluxo migratório na Comunidade, pela troca e comercialização de lotes, muitas das antigas famílias se encontram na Comunidade há mais de 5 anos, ou seja, 99 delas, representando 69,23%.

Tabela 2 – Escolaridade

GRAU DE ESCOLARIDADE	N. DE PESSOAS	%
Analfabeto	06	4,20
Primário	81	56,64
Ginásio	50	34,96
2. Grau	05	3,50
3. Grau	01	0,70
TOTAL	143	100

Quanto ao grau de escolaridade dos entrevistados ele reflete a realidade brasileira: a grande maioria tem no ensino primário seu grau máximo de escolaridade; são 81 pessoas, representando 56,64%. Isso ocorre em grande parte pela inadequação da escola à realidade dessa população que é jovem, como veremos adiante. Além disso há o ingresso cedo dos moradores no mercado de trabalho, para auxiliarem na renda familiar, o que se expressa claramente na gradativa exclusão educacional.

Foram considerados como dependentes os filhos maiores e menores que residem junto com as famílias.

Tabela 5 – Grau de escolaridade dos dependentes

GRAU DE ESCOLARIDADE	N. DE PESSOAS	%
Nenhum	119	36,96
Primário	153	47,52
Ginásio	42	13,04
2. Grau	8	2,48
TOTAL	143	100

A incidência maior de escolaridade dos entrevistados concentra-se no primário (153 pessoas), o que corresponde a 47,52%. Apesar de não estar evidenciado na tabela, observa-se pelos cadastros já feitos na Comunidade, e pelo contato com seus moradores, que existe uma repetência acentuada de crianças nas primeiras séries do primário e uma evasão escolar dos adolescentes, que muitas vezes não concluem sequer o curso primário. Isso ocorre, como já foi observado, pelo ingresso dos jovens cedo no mercado de trabalho; pela desnutrição, fator determinante no processo de aprendizagem da criança, e por fatos agravados pela inadequação da escola à realidade da criança.

As crianças que permanecem na escola freqüentam o Colégio Polivalente, localizado na Av. Ivo Silveira, próximo à Comunidade.

Tabela 6 – Renda familiar em salários mínimos

RENDA FAMILIAR (SM)	N. DE FAMÍLIAS	%
0 a 1 salário	17	11,89
de 1 a 2 salários	18	12,59
de 2 a 3 salários	39	27,27
de 3 a 4 salários	27	18,89
de 4 a 5 salários	26	18,18
mais de 5 salários	12	8,39
sem renda declarada	4	2,79
TOTAL	143	100

A maior concentração de renda encontra-se na faixa salarial de 2 a 3 salários mínimos: 39 famílias, representando 27,27% do total. Em segundo lugar, 27 famílias somam uma renda de 3 a 4 salários mínimos, equivalente a 18,89%, e em terceiro, 26 famílias com renda de 4 a 5 salários, correspondendo a 18,18%. Com mais de 5 salários mínimos existem 12 famílias, que representam 8,39% do total, duas das quais com uma situação sócio-econômica regular, ou seja, com renda até 3 salários mínimos encontram-se 51,75% das famílias. É uma renda baixa, em se tratando de renda familiar, e evidencia que, apesar do tempo de moradia significativo de muitas dessas famílias no local, diversas delas ainda se encontram num nível considerável de pobreza.

Tabela 7 – Situação empregatícia

TIPO DE VÍNCULO	N. DE PESSOAS	%
Autônomo	63	44,05
C.L.T.	49	34,27
Pensionista	9	6,29
Aposentado	6	4,20
Biscateiro	3	2,09
Desempregado	6	4,20
Func. Público	5	3,50
Invalides/Encost	2	1,40
TOTAL	143	100

Considerando a questão do vínculo empregatício como alguma forma de estabilidade e de direitos trabalhistas previdenciários, verifica-se que cerca de 49 pessoas (34,27%) são regidas pela C.L.T. Já a maioria, 63 (44,05%) tem na atividade autônoma não regularizada sua principal fonte de renda. O número de desempregados é pouco significativo, ou seja, 6, o que equivale a 4,20%⁴.

Para uma melhor visualização da realidade profissional da Comunidade, será apresentado a seguir um quadro das profissões autônomas e celetistas dos moradores da Comunidade Jardim Ilha Continente.

⁴ Diante da complexidade da realidade e suas contradições possivelmente esse dado tenha mudado, já que "... a acumulação da miséria é proporcional à acumulação do capital" (IAMAMOTO, 1986: 62)

Tabela 8 – Autônomos/tipos de ocupação

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	N. DE PESSOAS	%
Comerciante	10	15,87
Mestre de Obras	01	1,59
Pedreiro	15	23,81
Lavadeira	02	3,17
Doméstica/Faxineira	20	31,75
Costureira	03	4,76
Eletricista	02	3,17
Optomologista	01	1,59
Artista Plástico	01	1,59
Cozinheira	02	3,17
Motorista	02	3,17
Músico	01	1,59
Servente de Obras	01	1,59
Carpinteiro	01	1,59
Pintor	01	1,59
TOTAL	63	100

O quadro acima demonstra que existe uma variedade de profissões exercidas pelos moradores da Comunidade; porém, pelo excesso de mão-de-obra existente, e também pela falta de especialização de algumas delas, não são bem remuneradas.

Para a mulher, o serviço de limpeza e de cozinha, seja na forma do trabalho diário em casas particulares (empregada doméstica), ou de faxinas, constitui-se a sua principal fonte de renda: cerca de 20 mulheres, representando 31,75%.

Por outro lado, a construção civil, pela atividade de pedreiro e afins, é a que mais dá oportunidade de trabalho aos homens; cerca de 19 moradores, que representam

30,17%, trabalham nessas funções e delas sobrevivem; eles vêm-se obrigados a lutar pelo que produzem em grande escala: moradia.

Tabela 9 – C.L.T. – Tipos de ocupação

TIPOS DE ATIVIDADES	N. DE TITULARES	%
Carpinteiro	01	2,04
Escriturário	02	4,08
Cobrador de Ônibus	02	4,08
Borracheiro	01	2,04
Porteiro	02	4,08
Vigia	06	12,25
Zelador	02	4,08
Gari	03	6,13
Professor	01	2,04
Doméstica	02	4,08
Limpeza/Firmas	08	16,33
Mecânico	01	2,04
Frentista/Posto	01	2,04
Açougueiro	01	2,04
Encanador	01	2,04
Vidraceiro	01	2,04
Churrasqueiro	01	2,04
Servente Pedreiro	07	14,29
Soldador	02	4,08
Carregador	01	2,04
Motorista	01	2,04
Gerente Depósito	01	2,04
Latoeiro	01	2,04
TOTAL	63	100

Os empregados celetistas da Comunidade, a exemplo dos autônomos, encontram também no serviço de limpeza, de servente de pedreiro e de vigia sua principal atividade, com cerca de 16,33%, 14,29% e 12,15% respectivamente. Ao

contrário, porém, dos autônomos, há os que exercem funções que requerem vínculos empregatícios, como de escriturário, cobrador de ônibus, gari, zelador, vidraceiro, etc.

O trabalho com vínculo empregatício é importante para o trabalhador, pelos direitos trabalhistas e pelo vínculo previdenciário a que tem direito e que foram adquiridos pela luta e organização da classe trabalhadora. Sua falta de especialização e o excesso de mão-de-obra no mercado, no entanto, colaboram para que muitos trabalhadores da Comunidade abdicuem de seus direitos e se submetam à demanda desse mercado. Essa massa de trabalhadores passa a vender sua força de trabalho por um valor abaixo do mínimo de sua subsistência, colocando-se à margem de seus direitos trabalhistas.

Homens e mulheres, portanto, tornam-se objeto do modo de produção capitalista, criando uma situação em que quanto mais o trabalhador produz, tanto mais se torna dependente de seu trabalho e alheio a ele; quanto mais produz a riqueza do outro, tanto mais reproduz sua destituição.

Fruto de um sistema excludente e contraditório, a Comunidade Jardim Ilha Continente constitui-se concentração de força de trabalho, contribuindo para a reprodução do capitalismo.

Tabela 10 – Características da Moradia

TIPO DE MATERIAL	N.	%	METRAGEM DA CASA	N.	%	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	N.	%
			até 15 m ²	06	4,20			
Modesta	76	53,15	de 16 m ² a 30 m ²	65	45,46	Bom	52	37,06
Alvenaria	46	32,17	de 31 m ² a 50 m ²	52	36,36	Regular	62	43,36
Mista	21	14,69	de 51 m ² a 70 m ²	09	6,29	Precário	28	19,58
			de 71 m ² a 80 m ²	03	2,10			
			acima de 80 m ²	08	5,59			
TOTAL	143	100		143	100		143	100

Esse quadro tem como objetivo mostrar o tipo de moradia das pessoas da Comunidade, quanto ao material utilizado para a construção e ao conforto proporcionado pelas casas. A madeira ainda ocupa lugar de destaque nas construções: 76 casas são desse material (53,15%), enquanto 46 são de alvenaria (32,17%) e 21 são mistas (14,68%).

Quanto ao tamanho, cerca de 86,02% das casas medem até 50 m², tamanho pequeno, já que na grande maioria delas vivem mais de 4 pessoas.

No que diz respeito ao estado de conservação, 43,36% das habitações são regulares (62), 36,06% encontram-se em bom estado (53) e 19,58% são precárias (28).

Esses dados evidenciam que, apesar do tempo de moradia significativo por parte de muitas famílias na Comunidade, a melhoria habitacional ocorre de forma gradativa. Muitas casas, principalmente de alvenaria, estão inacabadas, ou apenas iniciadas, e dependem das poucas “sobras” dos rendimentos dos proprietários, sobras

essas que têm como resultado falta de alimentação adequada, ausência de lazer, saúde e educação.

Conforme análise de ABRANCHES (1985), ao caracterizar a situação de destituição em que vive a maioria da população brasileira, nela podemos incluir a Comunidade Jardim Ilha Continente, onde existem pessoas vivendo em condições sub-humanas:

... mobilizam para o trabalho os filhos em idade escolar e aqueles membros em menor condição de trabalhar (velhos, inválidos) e precisam submeter-se, no conjunto, a uma sobrecarga de trabalho para obter a renda parca que lhes garanta a subsistência precária. São imposições da necessidade, que tolhem a liberdade, pois consomem as energias exclusivamente na luta contra a morte. Não podem cuidar senão de sua mínima persistência física, material (. . .) Essa ditadura da necessidade sequer garante a sobrevivência material íntegra. Todo o tempo os pobres vivem apenas para não morrer (. . .) Para sobreviver, consomem mais horas de trabalho, subtraídas ao estudo, ao descanso, ao lazer, à busca de opções de trabalho e renda, ao exercício da criatividade, à ação pública, aos cuidados com a saúde. (ABRANCHES, 1985 apud BOLDA, 1994: 13)

2.2. O processo de organização comunitária: resgate histórico

As primeiras ocupações na área da Comunidade Jardim Ilha Continente deram-se por volta de 1983, por famílias provenientes fundamentalmente dos estados do Paraná (13,44%) destacando-se a região de Pato Branco, do Rio Grande do Sul (5,88%) e do interior de Santa Catarina (47,90%), destacando-se Campos Novos.

Foi nesse período que em Florianópolis vimos aparecerem os novos movimentos sociais, reivindicando principalmente infra-estrutura para as comunidades

incluindo a luta pela terra. Algumas delas já haviam entrado em confronto com o poder público local, reivindicando direitos que lhes eram negados e, dentre estes, o direito à moradia.

A história da participação dos moradores na luta pela moradia da Comunidade Jardim Ilha Continente deu-se, portanto, num período crescente de manifestações e reivindicações populares, quando a dinâmica social e política contribuiu para a intensificação do confronto frente ao poder público.

Dessa forma, a luta pela moradia da Comunidade Jardim Ilha Continente não ocorreu isolada, mas articulada com um conjunto de forças sociais e políticas marcadas pelo acirramento de conflitos entre movimento popular e poder público.

No relato de lideranças daquela Comunidade, fica evidenciada a participação – luta que os moradores tiveram⁵ para a conquista da terra:

A desapropriação foi uma luta dura . . . Até a desapropriação foi uma luta atrás da outra . . . E agora tá melhor porque já foi desapropriada a terra, agora tá na mão da prefeitura.

A única coisa que tá pegando agora é o carnê. E antes da desapropriação era ruim até por causa de luz, água; que não tinha como consegui água, como consegui luz, aí depois é que foi se ajeitando, mas com luta atrás de luta.

Em 91 que foi começado a se fazer instalação de água aqui, que até ali era uma torneira só pra comunidade toda (J.V. – 1996).

Foi uma luta muito braba. Nós era muito unido, nós tinha reunião na prefeitura, nós não ia nem em um nem em dois. Nós ia com quase todos os moradores, e lutemos muito pra ter aqui; com medo de perde, e ter que ir pra outro lugar. Então nós se reunia, fazia uma reunião: vamo na prefeitura? Ia todos juntos. Aí nós

⁵ Essa luta, como já foi mencionado não aconteceu de forma isolada, mas articulada com outros segmentos organizados – Movimentos Sem-Teto, Movimentos da sociedade civil, bem como organização de outras comunidades que estavam na mesma situação da Comunidade Jardim Ilha Continente.

foi onde nós conquistamos essa luta pra nós, mas com muita luta e muita dificuldade. Não tinha hora, não tinha tempo de chuva, não tinha nada. Nós chegamos lá! Assim como eu consegui, os outros também conseguiram (A.G. – 1996).

A primeira organização comunitária, formação de uma comissão provisória, surgiu na Comunidade Jardim Ilha Continente em 1985. Segundo CANELLA (1992: 120):

Houve um período (meados da década de 80) em que um vereador, ligado à direita, controlava e protegia a ocupação. Mantinha, então uma relação clientelista com os moradores desta área (. . .). Segundo relatos das lideranças e de moradores atuais do Ilha Continente, tal associação (comissão provisória 1985) não desempenhou qualquer função no interior da Comunidade, a não ser de servir como “testa-de-ferro” dos interesses do mencionado vereador.

No livro de atas da comissão provisória só existe a ata de fundação da associação; ao que tudo indica, a comissão teve uma existência não muito significativa, pois do período que vai de 1985 a 1988 não ocorreram eleições para a sua diretoria.

Somente em meados de abril de 1989 ocorreu a eleição da segunda diretoria. A associação de moradores e a referida diretoria foram registradas em cartório, no dia 05 de junho de 1989 e, conforme estatuto, ficou constituída da seguinte maneira: Presidente: João José Leal; Vice-Presidente: Laurindo da Silva; Secretário: Sebastião Elias Gonçalves; Segundo Secretário: Antônio Ferreira; Tesoureiro: Leontino Cardoso; Segundo Tesoureiro: João Abílio Bernardo; Relações Públicas: Celso Romão.

Nesse período a Comunidade já contava com a assessoria do CAPROM (Centro de Apoio e Promoção ao Migrante)⁶.

Conforme COHENE (1993), um grupo de estudantes de arquitetura ligados ao CALA (Centro Acadêmico Livre de Arquitetura) foi procurado por Padre Vilson Groh e por Ivone Perassa, do Movimento de Associações de Moradores e do CAPROM, para iniciarem uma discussão técnica sobre urbanização de comunidades de periferia, numa relação de parceria.

A atuação do CALA se resumiu, inicialmente, em conhecer as comunidades, bem como em ver os objetivos e métodos do trabalho do CAPROM, que tinha como proposta a “Educação Popular”, visando à formação de sujeitos conscientes que construíssem sua própria história.

Com esse entendimento, e, depois de assimilado o objetivo da urbanização⁷, o grupo de estudantes, juntamente com o CAPROM, definiu o primeiro trabalho, que seria desenvolvido na Comunidade Jardim Ilha Continente, já que ela vinha sofrendo constantes ameaças de despejo (COHENE, 1993).

Conforme relatório da estudante de arquitetura Elisa Jorge (assessoria do CAPROM):

⁶ A referida entidade surge extra-oficialmente em 1984, a partir de um serviço assistencial promovido pela Igreja Católica. Esse tipo de serviço teve início no atendimento às vítimas das enchentes de Blumenau que vinham à Capital para negociar com o governo a reconstrução das suas casas (pois do governo só recebiam promessas).

Somente em 1986 foi fundado oficialmente o CAPROM. A rigor, a entidade se constituiria em um grupo cujo objetivo era assessorar as famílias sem moradia; enquanto tal, constituía-se por militantes dos mais variados tipos e origens: estudantes universitários, arquitetos, agentes de pastoral e lideranças que emergiam das comunidades.

⁷ A urbanização proposta pela assessoria às comunidades era de não substituir o poder público, mas sim pressioná-lo para obter conquistas de infra-estrutura básica.

Quando começamos a participar do CAPROM, a então favela Jardim Ilha Continente, estava sofrendo sucessivas tentativas de despejos.

Sua urbanização foi o primeiro trabalho do grupo de assessoria. Éramos em sete estudantes de arquitetura, participantes do CALA (Centro Acadêmico Livre de Arquitetura), contávamos com o apoio do Sindicato dos Arquitetos de Santa Catarina, através dos arquitetos Jorge e Beatriz e a assessoria do Professor Lino Peres.

Nosso primeiro passo foi fazer o levantamento planialtimétrico, poligonal e cadastral de forma expedida com ajuda dos moradores, para em seguida elaborar o projeto em conjunto com a comissão de urbanização tirada em assembléia.

(. . .) A fim de mobilizar a participação comunitária comecei a acompanhar a todas as reuniões que a associação fazia, observando-os, assessorando-os na questão político-organizativa, métodos e critérios para urbanização (. . .) (RELATÓRIO CAPROM, 1991)

No início de 1989 a Comunidade sofrera ameaça de despejo, e por duas vezes ocupou a Câmara de Vereadores de Florianópolis, para pressionar seus constituintes e conseguir a desapropriação da terra em que a Comunidade vivia. Os moradores conseguiram, com o apoio do CAPROM, ir prorrogando o prazo de permanência na área que ocupavam, até obter garantia definitiva de que seriam assentados. Foram os primeiros beneficiados pela lei que criou o FMIS (Fundo Municipal de Integração Social), destinado ao assentamento de famílias de baixa renda – Lei Municipal nº 3210 de 03/07/89. O Decreto de desapropriação da área aconteceu em janeiro de 1990.

Segundo CANELLA (1992), assessores do CAPROM acreditavam que a Comunidade Jardim Ilha Continente foi priorizada pela prefeitura por ter ocorrido nela a intervenção de um vereador de direita, que desempenhou uma relação clientelista com os moradores do local. O referido vereador tinha um perfil político conservador e ocupava o executivo municipal naquele período; logo, não havia interesse do

executivo municipal em explicitar conflitos com os moradores da área, nem com comunidades que estavam passando por situação semelhante, como Serrinha, Reta da Armação, Santa Rosa, Areias do Campeche (na Ilha); Santa Terezinha II, Pasto do Gado (hoje Chico Mendes), Via Expressa e Vila Boa Esperança (no Continente)⁸.

Após a desapropriação da área da Comunidade Jardim Ilha Continente, as negociações passaram a ser encaminhadas em reuniões entre técnicos da PMF (Prefeitura Municipal de Florianópolis), lideranças da Comunidade e assessores do CAPROM. Nessas reuniões foram discutidas questões relativas à urbanização do local e às condições que seriam exigidas para que o morador se transformasse em proprietário da área que ocupava (legitimada como sua de direito).

Em assembléia geral ficara decidido que os técnicos da PMF teriam um prazo de dez dias para a elaboração da planta da Comunidade e dez dias para a medição dos terrenos. A planta demorou três meses para ser feita e a medição do terreno, mais de um ano (COHENE, 1993).

No período dessas relações conflitantes com a Prefeitura – de ocupação desse órgão, de pressão sobre a Câmara e de manifestações de protesto – havia participação de grande parte dos moradores, além do contato, da troca de experiências e mesmo de amizade com lideranças de outras comunidades. Segundo CANELLA (1992), depois dessa fase, cessada a demanda principal do grupo – que era obter a desapropriação da área que ocupavam –, cessaram também as mobilizações, a participação e o envolvimento de um grupo de pessoas com os trabalhos da

⁸ Definidas pelo CAPROM, no final do ano de 1989, como áreas prováveis de atuação da entidade.

Comunidade. As tarefas da associação “recaíram” sobre duas ou três lideranças, que acabaram sentindo-se sobrecarregadas.

CANELLA (1992) constata, por meio de entrevistas realizadas com as lideranças que permaneceram ativas na Comunidade⁹, que existia por parte dessas poucas lideranças o desejo de se dedicarem mais as suas vidas privadas – à família, ao trabalho, à construção e/ou à melhoria de suas casas, pois a luta era muito desgastante e sem compensações:

Da nossa parte, a gente também varia bastante: tem época que a gente luta, luta, luta bastante. Depois dá uma parada e começa a refletir: Puxa . . . e eu não tenho nada . . . Eu e o Gaúcho, por exemplo, nós somos os que mais tão participando no movimento, a gente que assume as lutas assim, mesmo, os que mais assume, né? . . . vai lá, tudo . . . Aí nós começamos a olhar, assim, todo mundo, a maioria, todo mundo não, mas a maioria, vamo dizê, já construiu a casa, pelo menos já começou, e nós tamo ainda se arrastando . . . por causa do envolvimento, que além de tirar o tempo, tira . . . esquentar a cabeça. Porque o fato de você esquentar a cabeça com alguma coisa já . . . você tá em casa dormindo, tá pensando na coisa. Perde também o tempo, às vezes perde um serviço bom para fazer isso, perde dinheiro, perde tempo. (. . .) Porque pra você poder trabalhar na comunidade, você tem que ter tempo disponível, senão não adianta . . . porque, por exemplo, tem reunião a noite (apud CANELLA, 1992: 124).

Fica claro, no depoimento das lideranças da Comunidade Jardim Ilha Continente, que elas tinham consciência da importância da luta por melhorias das condições de vida da coletividade, porém o envolvimento nas lutas mais coletivas implicam “perdas individuais”, acarretando desestímulo dessas lideranças.

⁹ As entrevistas foram realizadas quase dois anos depois da desapropriação dos terrenos.

Preocupado com essa realidade, os assessores do CAPROM procuram reformular a estrutura da organização das associações de moradores, passando a investir em comissões de trabalho: comissões de rua ou de quadra, de saúde, de água, de lazer, etc.

Entendia-se que, por meio delas, não se sobrecarregaria uma ou poucas lideranças, já que era comum todo trabalho ficar delegado apenas ao Presidente da associação (ou à pessoa que mais estivesse envolvida com as questões da comunidade), que acaba se desgastando e abandonando o trabalho comunitário. A nível político, essa forma também evitaria o risco do autoritarismo e do paternalismo por parte de quem estivesse na liderança da associação.

Como diz SHEREN-WARREN (1993: 49): *“o autoritarismo na cultura política brasileira não é apenas o resultado do agir das elites políticas, mas tem também suas raízes nas formas como as classes dominadas se submetem e reproduzem em suas próprias práticas cotidianas este autoritarismo”*.

Por meio de análise de estudos já realizados sobre a Comunidade Jardim Ilha Continente, constata-se que no presente momento não há nenhum tipo de trabalho realizado por comissões, conforme proposta do CAPROM. A metodologia perdeu-se no tempo por uma série de fatores, que poderiam ser levantados e analisados posteriormente, em outro estudo.

Conforme análise de CANELLA (1992), era projeto dos assessores do CAPROM manter as comunidades ativas, mesmo depois da conquista da propriedade

dos terrenos, já que os moradores continuariam se mobilizando em torno de novas reivindicações para a melhoria das condições de vida da comunidade.

Foi muito marcante a relação da Comunidade Jardim Ilha Continente com o CAPROM, ao longo do tempo em que esta assessorou aquela, como mostra a fala de lideranças que conheceram e acompanharam o trabalho do CAPROM:

É muitas coisas também: a orientação do CAPROM, que às vezes a gente recebia alguma proposta da prefeitura e a gente, na época, não tinha muita experiência, eu mesmo, pra ti vê, pra mim foi muito difícil, eu consegui alguma coisa porque eu sou uma pessoa comunicativa e, eu não sei, eu tento me entrosar na coisa . . . (apud CANELLA, 1992: 126)

Tem certas coisas que às vezes a gente se sente inseguro, e às vezes fica mais fácil de ser enrolado, né? Já que o órgão público não é fácil, a gente tenta, tenta e aí ajuda muito. Então muitas coisas a gente ia pra lá (para o CAPROM) e se orientava direito. (apud CANELLA, 1992: 126)

O CAPROM esteve presente na Comunidade Jardim Ilha Continente até o início dos anos 90, acompanhando e apoiando todo o processo de desapropriação da área da comunidade. Por questões de divergências na condução dos trabalhos ligados ao chamado Movimento Popular, entretanto, o CAPROM perdeu seu poder de influência junto às comunidades em que atuava, surgindo, no caso da Comunidade Jardim Ilha Continente, outros interlocutores, como o CEDEP (Centro de Educação e Evangelização Popular).

Foi também nesse período que o processo de participação popular a nível mais amplo começou a dar sinais de esgotamento.

No caso da Comunidade Jardim Ilha Continente, as assembléias gerais deixaram de acontecer com freqüência; começou o “entra e sai” de famílias da comunidade, inclusive lideranças, com vendas e trocas de terrenos – numa luta pela sobrevivência – ferindo com isso alguns requisitos¹⁰ da então Coordenadoria de Planejamento Habitacional da Prefeitura Municipal de Florianópolis¹¹.

É importante destacar-se aqui que esse recuo no processo de organização popular que ocorreu na Comunidade Jardim Ilha Continente está vinculado a toda a problemática com que se deparam os novos movimentos sociais no Brasil. Se na década de 80 houve grandes ganhos e avanços, nos anos 90 os movimentos populares, por vários motivos, encontram-se enfraquecidos.

A identidade dos movimentos, construída ao longo dos anos 80, tendeu a se fragmentar, trazendo conseqüências a toda e qualquer organização popular. O enfraquecimento da participação e organização dos moradores da Comunidade Jardim Ilha Continente, portanto, teve influência também do refluxo dos movimentos populares que, conforme GOHN (1990:07): *“não morreram, mas refluíram enquanto ações de massa (. . .), por isso será preciso novas estratégias de atuação para mobilizar as bases demandatárias”*.

Dessa forma, o CEDEP chegou à Comunidade Jardim Ilha Continente num momento de refluxo da participação, o que teve conseqüências posteriores significativas.

¹⁰ Os requisitos: deixar de residir no local; vender o imóvel sem aprovação do Fundo Municipal de Integração Social (também não teria direito ao lote/casa quem o comprou), conforme carta aberta aos moradores da Comunidade Jardim Ilha Continente em 1992.

¹¹ Informação adquirida no relatório realizado pelo secretário da diretoria da época.

Segundo a Assistente Social Eliete Maria de Lima, hoje coordenadora do CEDED e uma das integrantes do Setor de Assessoria às Organizações Comunitárias:

(. . .) o CAPROM e o CEDEP sempre foram duas entidades que caminharam muito junto, uma participando da vida da outra. Porém, oficialmente o CEDEP trabalhava com as comunidades que não tinham conflito direto em relação a questão da terra, e o CAPROM trabalhava exatamente com as comunidades onde o conflito era emergente.

Bom, sendo assim a Comunidade Jardim Ilha Continente sempre foi conhecida e/ou presente na vida do CEDEP e vice-versa. No ano de 92 à 93 o CAPROM entrou em processo de desestruturação até a sua extinção.

O CEDEP, ao contrário, melhor se estruturou. Houve a divisão por setores. E surgiu o que hoje chamamos de Setor de Assessoria às Organizações Comunitárias.

Na Comunidade Jardim Ilha Continente, a partir de necessidades e demandas colocadas pela realidade, o CEDEP, via o Setor de Assessoria às Organizações Comunitárias¹², dá prosseguimento ao trabalho de assessoria popular, conforme relata Eliete:

Na Comunidade Jardim Ilha Continente havia estagiárias pelo CAPROM. Estavam, porém, terminando o estágio e a comunidade ficaria sem nenhuma assessoria.

Avalia-se, no entanto, que era importante a continuidade do processo (. . .)

Foi nesse momento que o Setor (CEDEP) foi até a comunidade e fez a proposta à associação de moradores e a partir do acompanhamento/conhecimento da realidade verificar juntos, como seria desenvolvido o trabalho.

Tínhamos, no entanto, três grandes objetivos, e um jeito próprio de fazer o trabalho (. . .)

¹² O respectivo setor, a partir de várias discussões, estabeleceu três grandes objetivos: formação de lideranças, integração e articulação dos grupos internos da comunidade e articulação entre as comunidades. Foi por meio desse setor que nossa prática de estágio foi desenvolvida.

Essa mudança de assessoria foi percebida de diversas formas por lideranças mais antigas, conforme depoimentos:

(. . .) o CEDEP é mais organizações comunitárias. CAPROM pelo que eu lembre era uma luta, mais uma forma da gente conseguir lutar . . . pela terra, por um bucado de coisa (J.V., 1996).

Pra mim assim, no começo até eu não entendia, porque eu achava que o CEDEP tinha que tê o mesmo empenho do CAPROM, né! Mas não é assim . . . O CAPROM achava uma área e organizava o pessoal para invadi essa área, né. Então, isso era o CAPROM, CAPROM era: se tivesse um, se a prefeitura dizia: vamo tira um pessoal da comunidade, o CAPROM peitava e chamava todas as comunidades. A gente se reunia junto e já . . . não deixava. E nisso eu senti falta no CEDEP, porque quando eu entrei no CEDEP . . . achei que o CEDEP era o novo CAPROM. Então eu custei muito pra entende qual era o método do CEDEP, como que eles trabalhavam né. . .! O CEDEP trabalha já com as comunidades organizadas e o CAPROM organizava as comunidades. O CAPROM é meu dodói, eu sinto muita falta, se eu tivesse um poder assim, eu voltava pro CAPROM.

O trabalho do CEDEP é ajuda com a organização, né? Com a liderança da comunidade, também com a Oficina do Saber, com as crianças que já estão na escola, né? E também com a alfabetização das pessoas que não sabem nem lê, nem escreve. Também de tenta, como eles falam muito, de cria o cidadão, né. Que a maioria das pessoas não sabe nem lê, nem escreve, são . . . sei lá, tem medo até de fala, então pra gente mostra mais pra essas pessoas. Eu acho que ajuda a diretoria, né. Ajuda a organização. (G.R.N., 1996).

Fica claro, nessas falas, e mesmo nas falas de outras lideranças que acompanharam todo o processo da mudança de assessoria na Comunidade Jardim Ilha Continente, que a saída do CAPROM e a entrada do CEDEP foi um fator que contribuiu na transformação da dinâmica do processo organizativo de participação na luta pela terra na Comunidade Jardim Ilha Continente.

Mesmo que o CEDEP e o CAPROM prestem assessoria no sentido de agir junto ao movimento popular, na organização e constituição de uma consciência crítica coletiva (educação popular), as duas entidades possuem propostas e resultados relativamente distintos. Conforme GOHN (1987: 1): “... a forma como ocorrem as assessorias, as propostas, os resultados, etc são bastante diferenciados, pois elas surgem de grupos que possuem concepções e projetos políticos-ideológicos diferenciados”.

A partir da entrada do CEDEP na Comunidade Jardim Ilha Continente, ocorreu a continuidade do estágio de Serviço Social junto a seus moradores, logo, foi na metade de 94 que tivemos oportunidade de conhecer a Comunidade e nela fazer nosso estágio, iniciado no dia 20 de agosto do ano de 1994; a prática foi desenvolvida junto ao CEDEP, mais especificamente junto ao Setor de Assessoria às Organizações Comunitárias. Depois de entrarmos em contato com o referido setor, e posteriormente termos sido apresentada àquela Comunidade como a nova estagiária¹³, demos continuidade, dentro de um processo e de um outro contexto, ao trabalho que já havia sido começado por estagiárias anteriores.

Conforme Proposta de Estágio do Serviço Social no CEDEP – Setor de Assessoria às Organizações Comunitárias:

(. . .) Nosso trabalho se realiza numa perspectiva crítico-dialética, entendendo o Serviço Social como uma prática de educação popular, uma vez que procura fazer um trabalho pedagógico que leve a população no entendimento e leitura própria da sociedade contraditória como também “aprender fazendo” os trabalhos de organização popular . . . Neste trabalho,

¹³Fomos apresentadas à Comunidade, em algumas visitas domiciliares, pela então estagiária que estava se afastando do local, dado o término de seu estágio.

dentro do setor nossa proposta é atuar buscando a participação de todos, numa proposta de formação que leve ao envolvimento dos moradores enquanto pessoas conscientizadas do seu papel de cidadãos atuando, nas comunidades, nos diferentes níveis de organização (. . .) É necessário estabelecer as diversas formas de evidenciar o poder dentro da comunidade numa perspectiva democrática que possa livrar a aglutinação destes somando forças para o desenvolvimento e crescimento do poder coletivo (. . .) (s/d).

A primeira estagiária que desenvolveu um trabalho na Comunidade Jardim Ilha Continente, pelo Setor de Assessoria às Organizações Comunitárias – CEDEP, sintetizou as principais dificuldades e avanços em seu trabalho:

Uma das grandes dificuldades encontradas durante o trabalho foram as relações de poder sob uma prática centralizadora no processo de organização comunitária. Foi uma constante a preocupação com a democratização das relações, principalmente entre os grupos organizados, bem como com a formação de novos sujeitos capazes de possibilitar a descentralização das discussões e ações. É possível dizer que encontramos um avanço no dimensionamento de novos atores mais confiantes de suas potencialidades, negando a submissão e o retraimento que antes se manifestava, porém, ainda reproduzindo aquelas mesmas relações de poder . . . Os avanços e as dificuldades presentes no processo organizativo da Comunidade Jardim Ilha Continente, considerando a intervenção do Serviço Social – Setor de Organização Comunitária (CEDEP) constituem-se um movimento dialético de construção do novo e reprodução de velha práticas (L.A.B. – 1996).

Dentro desse contexto, demos continuidade ao estágio de Serviço Social depois do término do estágio da referida estagiária. Assim foi reiniciado um acompanhamento, principalmente nas reuniões da Associação de Moradores, em que as relações de poder e a sobreposição de interesses individuais sob interesses coletivos era mais evidenciado, como já salientamos.

A estagiária de Serviço Social buscou a reflexão e a socialização de assuntos direta ou indiretamente ligados à comunidade, com o objetivo de buscar a participação de todos os moradores nas discussões e deliberações, para que não fossem tomadas decisões de interesse coletivo por uma minoria. Conforme afirma VASCONCELOS (1985), devido à dificuldade de responder aos interesses coletivos, *“fica mais fácil defender a centralização das decisões, um poder central responsável, tendo em vista um bom andamento da organização social . . .”* (apud BOLDA, 1994: 43-44).

Por meio de visitas domiciliares pretendemos incentivar o surgimento de novas lideranças, bem como tentar estimular a criação de espaços em que as necessidades dos moradores fossem expressas, as propostas apresentadas, avaliadas e materializadas pelos seus componentes. Procuramos reforçar a participação dos moradores no contexto das reivindicações e lutas da Comunidade, bem como democratizar informações de interesse coletivo¹⁴. Era nítido, porém, o refluxo do processo de organização da Comunidade, seja pela ausência dos moradores como um todo, seja pelo afastamento de lideranças significativas do lugar.

Sabemos que a participação da população não é algo linear. A cada contexto histórico, cada situação, há fatores determinantes nesse processo. A seguir, procuraremos analisar alguns deles, no conjunto da trajetória dos Movimentos Sociais Populares e da Comunidade Jardim Ilha Continente.

¹⁴ Maiores informações, conferir Relatório de Estágio I, II, III – Núcleo e Subnúcleo em Serviço Social e Organização Popular, 1994/1995.

3. OS DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO NA PERCEPÇÃO DAS LIDERANÇAS DA COMUNIDADE JARDIM ILHA CONTINENTE

Na década de 60/70 os Movimentos Sociais Populares tiveram atuação baseada no caráter reivindicatório e na denúncia da opressão.

Na década de 70 o regime ditatorial impôs limites à participação da sociedade civil nas discussões políticas; a população era impedida de contestar as relações autoritárias perante a sociedade e a centralização do poder pelo Estado.

Nos anos 80, a “onda” da participação gerou muitos frutos. Não foram tanto de ordem material no sentido de conquistas imediatas, e sim muito mais no sentido de que o povo, os cidadãos, os moradores, as pessoas, ou qualquer categoria que se empregue, tem o direito de participar das questões que lhe dizem respeito.

Nos anos 80 os Movimentos conseguiram muito mais que conquistas isoladas de bens, equipamentos urbanos, melhoria na qualidade de vida, etc; o grande saldo foi obtido com a demarcação de espaços para a voz da sociedade civil, em questões para as quais antes somente os governos possuíam o poder de decisão. O grande avanço dos Movimentos, entretanto, foi a construção de uma nova postura da sociedade civil, ainda que restrita a pequenos segmentos. Os novos espaços,

conquistados nas leis da Constituição de 1988 e no interior dos órgãos públicos, entraram para a história.

Analisa SIMIONATTO (1996: 7), no entanto: *“Essa democracia participativa (. . .) precisa abarcar ainda muitos operários, intelectuais e estudantes, homens e mulheres, negros, mulatos, índios, mestiços, brancos, católicos, protestantes, muitos assalariados, da cidade e do campo, para que realmente seja construída de baixo para cima”*.

O fato de setores da sociedade civil terem se mobilizado e organizado foi considerado por vários autores como sendo uma postura de poderes transformadores.

Segundo GOHN (1992: 5): *“. . . não foi notado, que a cultura política presente nas relações sociais, estava muito carregada de vícios, hábitos e valores seculares”* – submissão, autoritarismo, poder. Não houve, contudo, tempo de construção do novo projeto político porque as mudanças político-sociais brasileiras aconteceram muito rapidamente – depois de um regime político ditatorial, que perdurou vários anos. Não se muda em apenas alguns anos uma cultura sedimentada em décadas.

Atualmente, em diferentes ambientes sociais – universidade, repartições públicas, centros de assessoria, conversas de bar, etc – é comum se ouvir que os movimentos sociais estão em crise, que a descrença e a desmobilização predominam, que a era da luta pela participação das pessoas em movimentos, organizações (públicas ou privadas), associações de moradores, etc, acabou. A respeito GOHN (1992: 6)

lembra: *“Os movimentos são frutos de idéias e práticas. As práticas fluem e refluem. As idéias persistem, apenas se transformam agregando elementos novos, ou negando velhos, segundo a conjuntura dos tempos históricos”.*

Com esse entendimento podemos inferir que os movimentos sociais possuem uma historicidade particular, que se expressa em suas práticas, na sua composição e em suas demandas.

Na concepção de SOUZA (1987: 99): *“Movimentos Sociais são formas de enfrentamento das condições que se expressam em reações coletivas com algo que apresente como bloqueio ou afronta aos interesses e necessidades coletivas de determinado grupo social”.*

Os Movimentos Sociais, portanto, abrangem todo e qualquer tipo de movimento – de mulheres, negros, – e dentro deles também existe o Movimento Popular que, de acordo com BALLON (1983: 225):

“. . . a categoria movimento popular refere-se a um sujeito social e político, a uma vontade coletiva que sintetiza as massas, e que tem nas classes sua determinação principal. O povo como sujeito de ação histórica não se constitui à margem das classes, mas ao contrário, acompanha o mesmo processo de constituição das classes, e as formas e características que assume, correspondem ao nível e grau de desenvolvimento destas últimas” (apud CAMACHO, 1987).

Como já foi observado, após décadas de avanços e conquistas os Movimentos Sociais Populares encontram-se em crise. Atualmente a desmobilização é geral e a participação da sociedade civil nos movimentos populares é mínima. Essa

desmobilização também é percebida no processo organizativo da Comunidade Jardim Ilha Continente, o que é notado pelas próprias lideranças:

Quanto a luta no início foi muito boa, porque o povo era bastante unido. Eu creio que foi uma luta boa mesmo, que o povo se unia e participava . . . As reuniões aconteciam, assembléias. O pessoal participava mesmo como vontade de vencer né, a luta sobre a terra até uma época sobre a documentação e tudo, eles participavam, queriam vê o negócio pra frente. Agora está parado (. . .) O povo não participa, as reuniões são . . . as assembléias não tem participação, não tem aquele aconchego da comunidade, não tem mais aquele calor que tinha no início (P.V. – 1996).

(. . .) agora o pessoal só fica esperando sentado, que a gente bote tudo mastigado pra eles. Até nas reunião tu vê, nem comparecem quase (G. N. – 1996).

. . . a comunidade não participa. Tu vê uma comunidade de 150 famílias. Dessas 150 famílias não tem seis famílias que participa. A não sê uma assembléia que vai dessas 150 famílias, vai 20 pessoa, 30 pessoa (V. F. – 1996).

Temos que reconhecer, entretanto, que a participação dos setores populares está enfraquecida por toda uma “*consciência fragmentária e ausência de uma cultura de participação, herança que nos foi legada pela própria história brasileira e que nos imprimiu a marca da subalternidade*” (SIMIONATTO, 1996: 3).

Na Comunidade Jardim Ilha Continente isso fica evidenciado principalmente pela não participação dos moradores em espaços em que são discutidos e deliberados assuntos de interesse de toda a comunidade:

Eu vejo o seguinte: eles esperam tudo da diretoria, do presidente, do vice, do grupo que é responsável pela comunidade, é responsável por todos os problemas que existe na comunidade. Eles querem tudo de mão beijada, isso aí é difícil de se encontra né! (R.M. – 1996).

. . . eles não participa de uma reunião, não participa de uma assembléia, não participa de uma reunião com o prefeito ou com o secretário, com vereador, com qualquer um dos líderes da prefeitura (. . .). No começo o pessoal sabia porque tavam toda a vida junto com nós. Nós ia numa reunião, eles tavam junto com nós. Ia em outro lugar, eles tavam junto com nós (. . .) (A.G. – 1996).

Sobre isso diz SOUZA (1993: 80): “*. . . é uma criação da sociedade e assim precisa ser desvendada para que o homem resgata a sua condição de ser participante*”.

A desigualdade social – necessidade para a produção do capitalismo – criada pela própria dinâmica das relações sociais a nível de produção material, para se manter requer todo um processo de dominação, que se realiza por meio de vários instrumentos, entre os quais a própria forma de educação, institucionalmente criada. E a televisão – utilizada a favor da classe dominante – constitui-se também um problema que interfere na participação. Segundo SIMIONATTO (1993: 137):

A classe dominante consegue impor a sua ideologia porque, em primeiro lugar, detém a posse do Estado e dos principais instrumentos hegemônicos (organização escolar, religiosa, imprensa, etc), lugar constituinte dos valores sociais e garantia da sua reprodução; e em segundo, possui o poder econômico que representa uma grande força no meio da sociedade civil, pois, além de controlar a produção e distribuição dos bens econômicos, organiza e distribui as idéias.

Essa ideologia dominante condiciona uma tendência para:

– consentimento e aquisição de novas atitudes de aceitação para com os valores de modernidade da sociedade civil em detrimento dos próprios valores, preocupações e interesses;

- angústia e sentimento de culpa em virtude de expectativas de defasagem existente entre ela própria e o seu meio social;
- absorção de hábitos e costumes que o mercado de consumo vai criando, apesar de as condições sociais permanecerem as mesmas. (SOUZA, 1993: 81).

Para se chegar à participação nas definições e decisões sociais, não se pode deixar, no entanto, de considerar alguns pressupostos da existência humana.

O primeiro pressuposto de toda a existência humana é de que os homens devem estar em condições de viver para poder fazer história, ou seja, devem ter suas necessidades básicas satisfeitas. O segundo ponto é que, satisfeita essa primeira necessidade, a satisfação de novas necessidades é o primeiro ato histórico. Nesse sentido, MARX e ENGELS dizem que “... os homens, que diariamente renovam sua própria vida, começam a criar outros homens” (apud SOUZA, 1993: 83).

Dentro disso, poderemos verificar que algumas lideranças comunitárias, incluindo as da Comunidade Jardim Ilha Continente, possuem hoje novas necessidades, além da luta pela sobrevivência – e a participação é uma delas. Uma participação coletiva, como produto de interesses sociais que tornam possível surgirem organizações que possibilitem o planejamento de ações orientadas para a satisfação das necessidades de seus membros – incluindo a moradia – e entendendo que tais necessidades serão alcançadas somente com a participação coletiva.

Entendendo-se participação de acordo com a concepção de AMMANN (1980: 61): “o processo mediante o qual as diversas camadas sociais tomam parte na

produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada”.

Nesse sentido, as lideranças da Comunidade Jardim Ilha Continente estão sentindo falta da participação dos moradores, como se pode verificar pelos seguintes depoimentos:

. . . que eles comecem a se integrar junto com a gente, a ficar mais unido, a trabalhar junto. Porque se nós trabalharmos junto, a gente vai conseguir muita coisa. Porque nós temos muita coisa ainda pra conseguir na comunidade. E principalmente é a nossa regularização dos terrenos, é o nosso carnê de pagamento . . . (G. N. – 1996).

. . . Tu faz assembleia geral, vem dezoito pessoas, aonde tem seiscentas pessoas. Então o que dizê: a dificuldade da gente é não conseguir mais coisa pra comunidade, é através dos próprios moradores que não participam. E sem presença não se faz nada. Como é que eu vou pedir um objeto sozinho, eu não ganho. Agora quatro, cinco já pode ganhar . . .

Enquanto eles não entendem que tem que pegar junto pra adquirir alguma coisa não vamos conseguir nada. Após eles entenderem que tem que se juntar pra ganhar vai ter menos dificuldade de conseguir o que a gente quer (R. M. – 1996).

As lideranças da Comunidade Jardim Ilha Continente denunciam a situação da maioria dos moradores, cujas condições de participação prejudicam o enfrentamento de necessidades básicas da Comunidade. Para elas, no entanto, também se torna difícil a participação, fruto de um grande esforço pessoal pois, como já foi mencionado em momentos anteriores, há uma série de dificuldades que têm de ser enfrentadas: problema do desemprego, carga horária excessiva, afazeres domésticos e tantos outros, que são os desafios do cotidiano.

Dentro disso, SOUZA (1993: 82) nos diz que “... a participação passa a ser questão social à medida que as contradições sociais desafiam o homem como ser criador e este toma consciência da sua realidade social e assume posições de desafio e enfrentamento”.

Nesse sentido as lideranças da Comunidade Jardim Ilha Continente constataam alguns desafios no contexto da Comunidade:

... agora tem que fazê mais um reparo nesse esgoto aí, porque botaram um caminho pequenininho, tá entupindo tudo, tudo isso aí. . .

Os documentos é claro que a gente tá brigando com a prefeitura, mas isso aí é, pra mim né, pra mim, isso é opinião minha tá; pra mim é futuro, não me interessa. Enquanto eu quero é calçamento em frente da minha casa, quero água pra minha família, quero luz, e isso o que eu quero (V. F. – 1996).

. . . Nós temo muitas rua atrasada, temo certa parte de falta de iluminação pública, temo essas pracinha que tem projeto pra saí pras crianças (A.G. – 1996).

Como podemos perceber, a luta dos moradores não se dá somente pela garantia da terra, mas pela busca de outros direitos essenciais na vida da pessoa. O conceito atual de moradia supera, portanto, a simples construção da habitação. Estende-se aos serviços básicos complementares de saneamento básico e de equipamentos urbanos, como água, luz, pavimentação, sistema viário, transporte, escolas, hospitais, entre outros.

O pensar para o coletivo a partir do cotidiano, isto é, do contexto de preocupações e interesses da população é um meio que fortalece toda e qualquer organização e, como tal, a própria participação. Nesse sentido DEMO (1988: 32)

afirma: “... o início de processos participativos está na capacidade de organização da sociedade civil, porque somente assim adquire vez e voz”.

A participação, bem como a organização popular, é percebida aqui como um meio de se obterem conquistas, servindo para auxiliar na luta pela ampliação dos direitos de cidadania e da própria democratização da sociedade brasileira.

A descrença no poder público é um dos fatores que também influenciam na participação e organização dos moradores na Comunidade Jardim Ilha Continente. Isso acontece principalmente quando expectativas não são efetivadas, porém prometidas, bem como pela própria morosidade com que algumas são efetivadas e que muitas vezes têm como causa a falta de vontade política.

Nesse contexto as lideranças dizem:

“... Então eles (poder público) vem com aquelas meia dúzias de palavrinha. Não sai, bá, bá, bá, bá e nós já ficamos quieto né, já acreditamos e vamos esperando, e essa é uma dificuldade (...)

Eles prometeram mais de meia dúzia de vezes que vai sair os documento e nada até agora. Só eu, tem dois ano e meio que tô nessa bagunça e nada. Isso não dá pra entende. E que nesse tempo muda muita gente da comunidade (perda da história). Porque o pessoal, eles começam a fica, a gente começa a fica desacreditado.

Quando a gente então fala pra comunidade: gente vai sair os documento, nós vamos consegui calça a rua, nós vamos consegui tanto coisa que a gente já conseguiu né. O pessoal não acredita porque eles tão cansado dessa ladainha.

De vim uma pessoa grande lá e óh, vai sai isso. Passa o tempo e não sai né (G. N. – 1996).

Tá sendo difícil, devido muita burocracia da prefeitura. Que uma hora tem que fazê cadastro, já foi feito uns quantos cadastro (...) e agora ... já tá em fase de acabamento também essa parte do documento, que só tá preso por uma lei que tá tramitando na câmara agora, câmara né? Diz que leva sessenta dias, mas já foi

acertado . . . agora a luta foi braba né. Isso aí não teve arrego pra ninguém (V. F. – 1996).

Nesse sentido, acredita-se que a participação pode objetivar, entre outros aspectos, o controle da burocracia, o avanço das regras democráticas e a cultura democrática, tendo como consequência a realização da plena cidadania.

Podemos, a partir do exposto, concluir que a crise atual dos Movimentos Sociais Populares é decorrente do acirramento de um processo que se formou ao final dos anos 80: crise econômica – luta pela sobrevivência; políticas neo-liberais – afastamento do Estado das questões sociais; queda do Leste europeu – crise das utopias; descrença na política e na ação do Estado – descrédito no poder público.

Sem dúvida todos estes fatores representam um papel importante hoje no cenário da crise dos movimentos sociais populares.

Não podemos, contudo, perder de vista que o refluxo desses mMovimentos ocorre também por conta de um alargamento da esfera do poder – conquista do próprio movimento – em que apareciam espaços no contexto do Estado, instaurando a possibilidade de desenvolvimento progressivo da participação – conselhos, fóruns – de amplos setores populacionais na condução de ampliações contínuas de direitos.

Isso exige dos movimentos sociais populares uma nova redefinição, não mais uma postura reivindicativa e combativa, mas propositiva.

Acreditamos que esse tema poderá ser aprofundado, posteriormente, em outro estudo, já que é amplo e complexo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos anteriormente que a precariedade de meios coletivos, incluindo a moradia, em toda a história brasileira se acentua a partir do ciclo de industrialização, surgindo com isso maior necessidade por infra-estrutura urbana, transporte coletivo, etc. Isto ocorre também a nível de Santa Catarina e, de forma particular, a nível de Florianópolis, que não é considerada uma cidade industrial, mas que em sua conjuntura também agrega todas as debilidades do urbano. Produz e reproduz distorções na distribuição da renda e, mais significativamente, de deficiências no atendimento das crescentes demandas por bens e serviços de consumo coletivo, principalmente no que se refere às camadas baixas da população.

É importante podermos compreender que essa realidade foi socialmente produzida ao longo desse século, fruto do modelo desenvolvido implantado, que aprofunda ainda mais a concentração espacial urbana.

O urbano representado pela cidade capitalista, no entanto, constitui o espaço em que se dá a dinâmica produzida pelo confronto dos sujeitos sociais, sendo a cidade percebida como um processo de lutas e conquistas.

Nesse sentido incluímos a Comunidade Jardim Ilha Continente, que teve e está tendo um processo de luta/participação/organização para poder fazer parte do espaço urbano com dignidade.

A participação dos moradores é o principal caminho em direção ao poder público, diminuindo assim a vulnerabilidade dos sujeitos na negociação individual, ao se tratar de questões de natureza político-estrutural, como é o caso da terra, da casa, da moradia.

A questão habitacional é hoje amplamente discutida por toda a sociedade. É necessária, porém, a implantação de políticas que venham atender a população de baixa renda que, na verdade, mesmo quando organizada em nenhum contexto foi favorecida satisfatoriamente por programas de habitação.

A participação é um processo histórico de conquista das condições de autodeterminação. Dentro disso, a participação não pode ser dada, outorgada ou imposta. Também nunca é suficiente e nem é prévia. Segundo DEMO (1990: 101): “... *participação existe enquanto for conquistada*”. Nesse sentido, podemos concluir que a participação da Comunidade Jardim Ilha Continente é um processo, não um produto acabado. É uma questão de educação de gerações.

Dentro disso entende-se que a prática do Serviço Social deve ter uma intervenção que possibilite aos setores subalternos recuperar seu próprio saber, sua memória histórica, sua própria identidade, adquirindo maior percepção ou clareza da realidade, ultrapassando as aparências – contribuindo para que essas se tornem sujeitos de suas própria história.

Desse modo, pela democratização dos espaços de participação poderão materializar-se lutas conscientes e organizadas que visam ao interesse do coletivo. Nas palavras de GROH apud BOLDA (1994: 64): *“Democracia como respeito à vida e como resgate da dignidade humana nesse país”*.

Os valores do neo-liberalismo, no entanto, vão contra a participação, fragilizando com isso a própria democracia. A globalização que prega desenvolvimento e modernidade confronta-se com a fome, a exclusão social da população brasileira.

A identidade dos movimentos sociais populares, por estes e por outros motivos construídos na década de 80, começou a fragmentar-se, trazendo significativas conseqüências a toda e qualquer organização popular.

O enfraquecimento da participação e organização dos moradores da Comunidade Jardim Ilha Continente, portanto, teve influências também do refluxo dos movimentos populares, que segundo GOHN (1990: 7): *“não morreram mas refluíram enquanto ações de massa (. . .), por isso será preciso novas estratégias de atuação, para mobilizar as bases demandatárias”*.

A ausência de uma cultura de participação, somada à diferenciação de saberes, tem criado obstáculos principalmente para os segmentos populares, para a efetiva participação nos espaços públicos. Nesse sentido é preciso garantir efetivamente a socialização do poder e a ampliação da democracia. Paralelo a isso é necessária a formação de uma consciência crítica das camadas populares, a fim de que elas possam participar desses espaços e defender aquilo que lhes é de direito.

Dentro desse contexto, entendemos que a prática do Serviço Social e a de outras áreas profissionais deve ter um compromisso ético com a consolidação da democracia, para que aqueles que pouco freqüentam os bancos escolares não sejam excluídos e taxados de passivos e alienados.

BIBLIOGRAFIA

- AMMANN, Safira Bezerra. Participação social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1980.
- BOLDA, Luciane Aparecida. Jardim Ilha Continente: um processo de organização comunitária em articulação com o movimento popular de Florianópolis. Trabalho de conclusão de curso. Florianópolis: UFSC, 1994.
- BORDENAX, Juan E. Diaz. O que é participação. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BRANDÃO, Assis. A idéia de democracia direta e representativa segundo Bobbio. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 47, ano XVI, abr/1995.
- CADERNOS DE SERVIÇO SOCIAL. Campinas: Puccamp, n. 4, ano IV, 1994.
- CAMACHO, Daniel. Movimentos sociais: algumas discussões conceituais. In: SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKI, Paulo (org.). Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CANELLA, Francisco. A UFECO e o Movimento dos Sem-Teto: práticas instituídas nos espaços políticos da cidade. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC, 1992.
- COHENE, Regina de Oliveira. Reorganização comunitária: uma experiência política com as lideranças do Jardim Ilha Continente. Trabalho de conclusão de curso. Florianópolis: UFSC, 1993.
- COMITÊ NACIONAL DA REFORMA URBANA. Frente Brasil Popular pela cidadania. São Paulo, jun/1994.
- DEMO, Pedro. Pobreza Política. São Paulo: Cortez, 1990.
- DURHAM, Eunice R. A caminho da cidade. São Paulo: Perspectiva, 1984.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, maio/1996

GOHN, Maria da Gloria. Movimentos sociais e educação. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Movimentos, organizações populares e cidadania: conquistas, problemas e perspectivas nos anos 90. XVI Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais – ANPOCS. Caxambu, 1993.

_____. Assessorias aos movimentos populares: mediações necessárias. São Paulo, 1986.

_____. A crise dos movimentos populares. XVI Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais – ANPOCS. Caxambu, 1992.

IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul de. Uma concepção teórica da reprodução das relações sociais. In: Relações sociais e Serviço Social no Brasil. São Paulo: Cortez, 1986.

JACOBI, Pedro. Descentralização e participação. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 41, ano XIV, abr/1993.

JORGE, Elisa. Relatório da atuação na Comunidade Jardim Ilha Continente e assessoria do CAPROM. Florianópolis: UFSC, 1991.

KRISCHKE, Paulo J. (org.). Terra de habitação, terra de espoliação. São Paulo: Cortez, 1984.

LIMA, Eliéte e CUNHA, Gisele. Proposta de estágio do Serviço Social no CEDEP. Setor de Assessoria às Organizações Comunitárias – CEDEP. Florianópolis, 1993.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Consulta nacional sobre a gestão do saneamento e do meio ambiente urbano. Relatório versão preliminar. Florianópolis, 1994.

_____. Relatório do cadastro sócio-econômico das famílias da Comunidade Jardim Ilha Continente. Florianópolis, 1995.

SANTOS, Milton. Pensando o espaço do homem. São Paulo: Hucitec, 1986.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais. São Paulo: Loyola, 1993.

- SCHMIDT, Benicio E TARRET, Ricardo. A questão urbana. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- SERVA, Maurício. Gestão urbana e qualidade de vida. In: FISCHER, Tânia. Governo e cidadania. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.
- SILVA, Maria Ozanira da. Política habitacional brasileira: verso e reverso. São Paulo: Cortez, 1989.
- SIMIONATTO, Ivete. Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 1993.
- _____. Democracia e participação: do direito formal à prática concreta. Florianópolis, 1996.
- SOARES, José Arlindo. Democracia: representação/participação. XIX Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais – ANPOCS. Caxambu, 1995.
- SOUZA, Maria Luiza de. Desenvolvimento de comunidade e participação. São Paulo: Cortez, 1987.
- UMA CIDADE NUMA ILHA: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da ilha de Santa Catarina. CECA/FNMA. Florianópolis: Insular, 1996.
- VENÂNCIO, Cristiana Maria. Movimento Sem-Teto: a luta pela conquista de um espaço no solo urbano de Florianópolis. Trabalho de conclusão de curso. Florianópolis: UFSC, 1991.

ANEXO

QUESTÕES NORTEADORAS DA PESQUISA

1. Como foi a luta pela legalização da terra no período que conviveu com a Associação de Moradores ?
2. Quais foram e são as maiores dificuldades na luta pela conquista da terra ?
3. Por que a maioria dos moradores não tem participado dessa luta ?
4. O que acha que tem de mais importante para lutar com a Comunidade ?